



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A CONFECCÃO DE LANCHES NOS EVENTOS DA SEDUC**, ofertados para o alunado da rede municipal de educação e seus servidores municipais, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) pelo período de 1 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2 **Requisitante:** Secretaria Municipal de Educação

1.3 **Fundamentação legal:** Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do artigo 28, inciso I c/c o art. 17, § 2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/2021 e art. 3º inciso II do Decreto Federal nº 11.462/2023

1.4 **Período:** 1 (um) ano

1.5 **Tipo:** Menor preço global, nos termos do art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

1.6. Aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A CONFECCÃO DE LANCHES NOS EVENTOS DA SEDUC**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	U/C	QTD
1	445484	ÁGUA MINERAL natural, sem gás, embalagem plástica original com 1,5 litros .	Und	2.840
2	445485	ÁGUA MINERAL natural, sem gás, embalagem plástica original com no mínimo 500ml	Und	7.630
3	353155	AÇÚCAR REFINADO especial, acondicionado em embalagem plástica original, com as características do produto.	KG	430
4	464381	BANANA PRATA	KG	1.270
5	390172	BISCOITO SALGADO integral, acondicionada em embalagem original com no mínimo 120g, com pacotes de no mínimo 20g.	Und	3.623



ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	U/C	QTD
6	390166	BISCOITO DOCE WAFER, diversos sabores, acondicionado em embalagem original com no mínimo 90g, contendo a descrição das características do produto.	Und	4.180
7	240574	BISCOITO POLVILHO, tradicional, sem glúten, tipo peta ou rosquinha ou corujinha, em embalagem plástica original com 200g, contendo a descrição das características do produto. Isento de gordura trans.	Und	3.590
8	463595	CAFÉ torrado e moído, de 1ª qualidade, com selo de pureza abic, embalado automaticamente, acondicionado em embalagem metalizada original com 500g, contendo as descrições das características do produto.	Und	570
9	464400	MAÇA NACIONAL	KG	990
10	470690	PÃO CARECA em embalagem plástica original, com peso mínimo de 50g a unidade. Isento de gordura trans.	KG	2.110
11	465633	MINI BOLO INTEGRAL CASEIRO, diversos sabores, sem adição de açúcar, adoçantes, corantes e aromatizantes artificiais, em embalagem plástica original, com peso mínimo de 40g a unidade. Isento de gordura trans.	Und	4.900
12	447774	PRESUNTO de 1ª qualidade, cozido, fatiado, acondicionado em embalagem original com 500g. Isento de gordura trans.	Und	370
13	610529	BOLO PRONTO CASEIRO, chocolate com baunilha (mesclado) ou laranja ou banana com canela, em embalagem original, com no mínimo 400g, contendo a descrição das características do produto.	Und	1.510
14	446637	QUEIJO, MUSSARELA fatiado, em embalagem plástica original com 500g. Isento de gordura trans.	Und	710
15	446384	MANTEIGA extra, com sal, em embalagem original com 200g. Isento de gordura trans.	Und	500
16	446651	QUEIJO PROCESSADO, UHT tradicional, em embalagem original com 4 unidades, com no mínimo 17g cada unidade.	Und	7.220
17	475568	GELÉIA, 100% FRUTA, ingredientes naturais (frutas, sucos concentrados e pectina de fruta), sem açúcar adicionado, corantes e conservantes, em embalagem original com no mínimo 290g, contendo a descrição das características do produto.	Und	210
18	298881	SUCO DE FRUTA INTEGRAL DE UVA TINTO, sem adição de água, açúcares, corantes ou aromatizantes artificiais, não fermentado, em embalagem original com no mínimo 200ml.	Und	7.600



ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	U/C	QTD
19	255974	SUCO DE FRUTA INTEGRAL MAÇÃ, sem adição de água, açúcares, corantes ou aromatizantes artificiais, não fermentado, em embalagem original com no mínimo 200ml.	Und	7.200
20	442810	SUCO DE FRUTA INTEGRAL DE UVA TINTO, sem adição de água, açúcares, corantes ou aromatizantes artificiais, não fermentado, em embalagem original com no mínimo 900ml.	Und	3.960
21	323408	SUCO DE FRUTA INTEGRAL MAÇÃ, sem adição de água, açúcares, corantes ou aromatizantes artificiais, não fermentado, em embalagem original com no mínimo 900ml.	Und	950
22	270025	MINI SALGADO DE FORNO EMPADA, congelado, queijo ou frango, embalagem plástica original com no mínimo 400g.	Und	600
23	460593	MINI SALGADO DE FORNO ESFIRRA, carne ou queijo e presunto, embalagem plástica original com no mínimo 400g.	Und	600
24	460526	TORRADA, tradicional, acondicionado em embalagem original com no mínimo 140g, contendo a descrição das características do produto.	Und	890

1.7 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;

1.8 O objeto desta contratação caracteriza-se como de prestação **não contínua**, tendo em vista que, uma vez finalizadas as entregas de todos os bens solicitados, resolve-se a necessidade que lhe deu origem.

1.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do artigo 84, caput, da lei 14.133/2021;

1.10 Trata-se de aquisição de bem comum, que são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, critério de julgamento: menor preço;

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1 A oferta de alimentos destinados aos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) é uma medida para garantir o sucesso e a eficiência dessas atividades. Ao proporcionar lanches e refeições leves aos alunos e servidores da rede municipal de educação, a SEDUC não apenas



atende às necessidades básicas de alimentação durante eventos que podem se estender por horas, mas também promove um ambiente propício para o aprendizado, a capacitação e a interação;

2.2. Justifica-se em razão de capacitação com cursos, treinamentos, seminários, congressos, palestras e eventos escolares em geral, cuja duração diária exige pausa para refeição, bem como a previsão de realização de solenidades em que, por costume, servem-se coquetel aos convidados, todos realizados em alinhamento às atividades institucionais desta Secretaria. A contratação evita despesas de última hora com fornecimento de refeições leves, imprescindíveis em eventos;

2.3. Conclui-se que a abordagem mais apropriada para adquirir os produtos necessários, conforme planejado, é através de processo licitatório, especificamente o Pregão Eletrônico. Isso se fundamenta nos dispositivos legais contidos na Lei 14.133/2021, notadamente o art. 28, inciso I e o art. 17, § 2º. O tipo de julgamento escolhido é o de menor preço global, permitindo a seleção de fornecedores tanto localmente quanto regionalmente e nacionalmente. Assim, optou-se pela contratação por Pregão Eletrônico para Registro de Preços, conforme previsto no art. 3º, inciso II do Decreto Federal nº 11.462 de 31/03/2023. Dessa maneira, ratifica-se a viabilidade da aquisição de gêneros alimentícios destinados à confecção de lanches nos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), visando atender tanto aos alunos da rede municipal de educação quanto aos servidores municipais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. A presente contratação tem por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios destinados aos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação (SEDUC), no período de 1 (um) ano, com o objetivo de atender à programação de capacitações, encontros pedagógicos, seminários e demais atividades formativas direcionadas aos alunos e servidores da rede municipal de ensino.

3.2 A aquisição ora proposta visa assegurar condições adequadas de alimentação durante os referidos eventos, os quais, muitas vezes, se estendem por longos períodos, exigindo a oferta de lanches e refeições leves que atendam às necessidades básicas dos participantes. Tal medida contribui diretamente para a permanência dos envolvidos, reduzindo saídas e interrupções, e promovendo melhor aproveitamento das atividades, em especial as de cunho formativo;

3.3. A contratação por meio de **Processo Licitatório na Modalidade Pregão Eletrônico**, com adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, utilizando-se o **critério de julgamento do menor preço global**, conforme previsto no **artigo 28, inciso I, c/c o artigo 17, § 2º, c/c artigo 78, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como no **artigo 3º, inciso II do Decreto Federal nº 11.462/2023**, caracteriza-se pela melhor solução.

3.4 A escolha dessa forma de aquisição é respaldada por pesquisa de mercado, que concluiu que a melhor solução para a Administração é a aquisição dos gêneros alimentícios, em substituição à



contratação de serviços de buffet. Tal opção proporciona maior **agilidade** no processo, Ampliação da **competitividade**, com possibilidade de participação de um número maior de fornecedores, **padronização** dos itens e de suas especificações técnicas, **flexibilidade** quanto ao cronograma de entregas, **eliminação de custos** relacionados a serviços, mão de obra e equipamentos; **simplificação dos procedimentos** de compra, com menor burocracia, maior **controle sobre os tipos de alimentos** ofertados e redução de **desperdícios** e melhor gestão do estoque.

3.5. A aquisição atenderá à demanda identificada em quadro de eventos elaborado pela Subsecretaria de Gestão de Ensino e Aprendizagem para o período de julho de 2025 a julho de 2026.

3.6 Com o objetivo de assegurar a qualidade dos produtos, o fornecedor deverá garantir que os gêneros entregues estejam em conformidade com as marcas aprovadas pelo Departamento de Nutrição Escolar, preservando suas características sensoriais (odor, cor, textura, aspecto geral), além de estarem devidamente embalados, sem danos físicos aparentes. As embalagens deverão conter informações claras quanto à composição nutricional, data de fabricação, validade e/ou vida útil. Os produtos deverão apresentar, no ato da entrega, no mínimo 60% de validade restante. Os gêneros alimentícios de origem animal ou processados deverão estar devidamente registrados nos órgãos de vigilância sanitária, conforme exigência da legislação vigente.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1 Sustentabilidade:

4.1.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;

4.1.1.1.1. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 986/1969;

4.1.1.1.2. Para os produtos embalados devem ser observadas as regras de rotulagem nutricional (RDC nº 429, de 8 de outubro de 2020, da ANVISA e Instrução Normativa nº 75, de 8 de outubro de 2020 da ANVISA), as relativas a aditivos para materiais plásticos (RDC nº 326, de 03 de dezembro de 2019, da ANVISA) e a proibição do uso industrial de embalagens metálicas soldadas com liga de chumbo e estanho para acondicionamento de gêneros alimentícios, exceto para produtos secos ou desidratados (Lei nº 9.832/1999)”;

4.1.1.1.3. Todos os itens, bem como seus acessórios e componentes exigidos, deverão ser fornecidos respeitando as principais normas técnicas elaboradas pela ABNT comprovada pela apresentação de relatório de ensaio emitido por laboratório detentor de Certificado do INMETRO;

4.1.1.2. Os gêneros alimentícios de origem animal e processados devem atender a legislação vigente, apresentando o devido registro sanitário;



4.1.1.3. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), por meio do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa/Mapa) e os serviços de inspeção federal (SIF), estadual (SIE) ou municipal (SIM), são os órgãos ou serviços responsáveis pela concessão de registro e fiscalização. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa/Ministério da Saúde) ou seus postos (VISAs estaduais, distrital, municipais) – responsável pela avaliação sanitária no comércio varejista de produtos de origem vegetal, animal e demais produtos processados;

4.1.2. Os gêneros estocáveis e perecíveis deverão ser entregues em veículos adequados para transporte de alimento, bem como os gêneros alimentícios congelados e resfriados deverão ser entregues em veículos próprios para o transporte de gêneros congelados e/ou resfriados, os veículos devem estar devidamente vistoriados pela vigilância sanitária;

4.1.3. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021;

4.2 DA EXIGÊNCIA DE FICHA TÉCNICA DOS ITENS NA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIALMENTE VENCEDORA:

4.2.1 O interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar junto a proposta, ficha técnica ou declaração ou catálogo de todos os itens da aquisição, de acordo com a marca apresentada na proposta, devendo conter a descrição do produto, tabela nutricional, composição nutricional e ingredientes, como forma de garantir a verificação dos produtos conforme descrição editalícia, exceto para os itens 4 e 9.

4.3 DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:

4.3.1 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar como amostra, três unidades de cada item, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3.2 Serão exigidas amostras de todos produtos ofertados, exceto para os itens 4 e 9, bem como documentação dos produtos a serem adquiridos, destinados à alimentação dos beneficiários, que deverão ser previamente submetidos ao controle de qualidade observando-se a legislação pertinente, de modo que a empresa licitante apresente os seguintes documentos:

- i. Ficha técnica ou declaração ou catálogo de todos os itens da aquisição, devendo conter a descrição do produto, tabela nutricional, composição nutricional e ingredientes, como forma de garantir a qualidade dos alimentos oferecidos aos alunos e servidores atendidos, e, ainda, estabelecerem;



- ii. A responsabilidade dos fornecedores dos gêneros alimentícios pela qualidade físico-química, sanitária dos produtos licitados, declarando em papel timbrado e assinado pelo responsável ou procurador da empresa licitante.

4.3.3 As amostras poderão ser entregues no endereço: Avenida Alberto Braune, nº 224, Centro, Nova Friburgo-RJ, no Departamento de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação dentro do horário de 09h às 16h, no prazo limite estabelecido no edital, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega;

4.3.4. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter informações quanto às características, tais como: data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto e sua marca;

4.3.5 É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo;

4.3.6 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada;

4.3.7 Os testes serão efetuados pelo corpo técnico deste órgão, que fará avaliação sensorial e nutricional do produto;

a) Análise nutricional: verificação dos produtos conforme descrição editalícia, verificação contendo em sua embalagem a marca conforme proposta de preço apresentada na licitação, informação nutricional, data da fabricação, validade e/ou vida útil dos mesmos, a exigência de que a rotulagem, inclusive a nutricional, esteja em conformidade com a legislação em vigor;

b) Análise sensorial: verificação das características sensoriais (odor, cor, textura, sabor e aspecto geral), além de condições satisfatórias da embalagem (não estar furada, rasgada, amassada ou enferrujada);

c) A área técnica, com laudo devidamente motivado nos critérios de qualidade, durabilidade, funcionalidade e desempenho, descritos nas análises nutricionais e sensoriais previstas nos itens “a” e “b”, comunicará ao Pregoeiro se a amostra foi aprovada, se obedecer a todos os critérios ou reprovada, na falta de pelo menos um deles;

4.3.8 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.3.9 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não forem aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.3.10 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento;



4.3.11 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues são incorporadas ao Almoxarifado da SEDUC, o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento;

4.3.12 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.4 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

4.5 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.6. Não se faz necessária sua aplicação para este objeto, uma vez que, trata-se de Registro de Preços, que encontra regulamentação através do Decreto Federal nº 11.462/2023, visto que a Administração Pública pode ou não adquirir ou contratar o produto que estiver registrado;

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1 O prazo de entrega é de até 5 (cinco) dias, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, autorização de fornecimento ou documento equivalente, conforme conveniência e necessidade, a serem determinados pelo Departamento de **NUTRIÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**;

5.2 A mercadoria deverá ser entregue nas Unidades Escolares, na SEDUC Nível Central e no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal, cujos endereços constam no anexo I deste Termo de Referência, a partir da solicitação emitida via e-mail (nutricao@sme.novafriburgo.rj.gov.br) pelo Departamento de Nutrição Escolar, nos quantitativos e especificações determinadas, conforme Planilhas de Distribuição:

- a) Os produtos serão recebidos somente pelo (a) Responsável pela Merenda na Unidade Escolar, conforme o TERMO DE ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO FISCAL DE MERENDA ESCOLAR, instituído através de Portaria Nº01, de 24 de janeiro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação, designando diretores e dirigentes de cada Unidade Escolar-U.E, na função de fiscal da merenda;
- b) Os produtos deverão ter em seus rótulos: prazo de validade e data de fabricação, dados de identificação do produto, marca do fabricante, registro no Ministério da Saúde e ANVISA e identificação do técnico responsável;

5.3 Caso não seja possível a entrega e na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

5.4 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;



5.6 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.7 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.7.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

5.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.4 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).



6.5 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.6 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.9 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.10 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.11 O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.12 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.13 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.14 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.15 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.15.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.15.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;



6.15.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.15.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘g’, da Lei nº 14.133/2021)

7.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de: Município De Nova Friburgo CNPJ: 28.606.630/0001-23 Endereço: Avenida Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo - RJ, CEP: 28613-001.

7.2. Todos os produtos deverão ser entregues nas Unidades Escolares, na SEDUC Nivel Central e no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, conforme o anexo I deste Termo de Referência;

7.3 Da liquidação da despesa:

7.3.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.3.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html;

7.4 Do pagamento da despesa:

7.4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.



7.4.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I c/c art. 17, § 2º c/c art. 33, inciso I da Lei nº 14.133.

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.



8.7 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 Habilitação Jurídica:

a – Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das



Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.1.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral



da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 Qualificação Econômico-Financeira:

8.14.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.



8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

8.15 Qualificação Técnica:

8.15.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 - As certidões ou atestados de capacidade técnica deverão demonstrar que a licitante efetuou execução bem-sucedida com quantidade de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

8.15.2.2- Para fins da comprovação de que trata o item anterior, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados e deverão ser emitidos em papel timbrado da pessoa jurídica de direito privado ou público emitente, CNPJ, endereço da pessoa jurídica/órgão gerenciador, objeto fornecido, quantitativo contratado, valor do contrato, número do processo ou procedimento licitatório ou do processo de contratação direta, número do contrato, prazo e local de execução do objeto, prazo de vigência do contrato, devendo ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome completo, cargo ou função, número da matrícula e do CPF, indicando ainda se a execução do objeto ocorreu de forma regular e satisfatória;



8.15.2.3- A empresa poderá comprovar possuir vínculo permanente com um responsável técnico, através da apresentação do contrato de prestação de serviço ou da inclusão no quadro funcional da empresa ou documento congênere. O Responsável Técnico (RT), deverá estar regularmente inscrito no Conselho Regional competente.

8.15.3 - Licença de Funcionamento, conferida pelo órgão sanitário da respectiva Unidade de Federação e Certificado de Inspeção Sanitária emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária do Município sede da licitante, ou do Governo Federal referente às instalações da empresa, comprovando que a mesma está apta a armazenar e comercializar produtos alimentícios, de acordo com o objeto proposto pela empresa licitante, juntamente com relatório técnico relacionando as condições de higiene das instalações, do armazenamento, da manipulação e da distribuição de gêneros alimentícios, este emitido até 360 dias anteriores à data da apresentação da proposta.

8.15.3.1- No caso de empresas que manipulam alimentos de origem animal, sediadas fora do município de Nova Friburgo, Certificado do SIF-DIPOA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, ou SIE e/ou Título de Relacionamento emitido pela Delegacia Federal do Ministério da Agricultura da sede da empresa;

8.15.3.2- No caso de empresas sediadas no Município de Nova Friburgo – Apresentar certificado emitido pela Vigilância Sanitária Municipal, dentro do prazo de validade;

8.15.4 - Os licitantes deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, caso solicitado pela Comissão de Licitações.

8.15.5 - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.15.6 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.7 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.8 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:



- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2 Da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;



- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:



10.3.1 advertência;

10.3.2 multa;

10.3.3 impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.9 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.12 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 538.860,41 (quinhentos e trinta e oito mil, oitocentos e sessenta reais e quarenta e um centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘J’, da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Órgão/Unidade	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza de Despesa
Secretaria Municipal de Educação	22002.1236100572.146 22003.1236500672.165 22004.1236500762.182	150010010000 155000000000	339030-16

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2. Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Educação.

Nova Friburgo/RJ, 19 de agosto de 2025;

ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO:
<p>_____</p> <p>Bruno Valverde</p> <p>Matr.: 107.315</p>	<p>_____</p> <p>Manuella Carestiato Faria</p> <p>Matr.: 116.280</p>

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo

O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Caroline Moura Klein
Secretária Municipal de Educação
Matr.: 990.95



ANEXO I ESCOLAS (Endereço / Telefone / E-mail)

1	Escola Municipal Acyr Spitz
	Rua José Domingos Benvenuti, s/nº - Lumiar - Cep: 28.616-970
	Tel: (22)99871-9490
	acyrspitz@sme.novafriburgo.rj.gov.br
2	Escola Municipal Professora Adezir Almeida Garcia
	Av. Antônio Mario de Azevedo, Córrego Dantas (Antigo Centro Adventista) - Cep: 28630-310
	Tel: 2529-3116
	adeziralmeida@sme.novafriburgo.rj.gov.br
3	Escola Estadual Municipalizada Professora Alberto Meyer
	Rua Manoel Frossard, s/nº - Granja Spinelli - Cep: 28.613-000
	Tel: 2520-1676
	albertomeyer@sme.novafriburgo.rj.gov.br
4	Escola Estadual Municipalizada Alcides Francisco Brantes
	Estrada do Floresta - Salinas, s/nº - Salinas - Cep: 28.600-030
	Tel: 2543-2835
	alcidesbrantes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
5	Escola Estadual Municipalizada Amâncio Mário de Azevedo
	Rua D. João VI, 1647 - Cascatinha - Cep: 28.621-350
	Tel: 2523-7794
	amancioazevedo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
6	Escola Municipal Anna Barbosa Moreira
	Rua Hormindo Silva, s/nº - Praça da Lagoinha - Cep: 28.625-430
	Tel: 2533-2462
	annabarbosa@sme.novafriburgo.rj.gov.br
7	Escola Municipal Batista
	Rua Presidente Vargas, 60/62 - Olaria - Cep: 28.623-410
	Tel: 2522-5808
	batista@sme.novafriburgo.rj.gov.br
8	Escola Municipal Bernardo Pacheco
	Rua João Gonçalves Bastos, s/nº - Santa Bernadete - Cep: 28.610-000
	Tel: 2529-2291
	bernardopacheco@sme.novafriburgo.rj.gov.br
9	Escola Municipal Cecília Meireles
	Rua Tohoru Kassuga, 218 - Cascatinha - Cep: 28.621-360
	Tel: 2528-3192
	ceciliameireles@sme.novafriburgo.rj.gov.br
10	Escola Municipal Claudir Antônio de Lima
	Rua Eugênio Nideck, 59 - Catarcione - Cep: 28.614-310
	Tel: 2522-5978
	claudiralima@sme.novafriburgo.rj.gov.br
11	Escola Municipal Cypriano Mendes da Veiga



	Estr.Cypriano Mendes da Veiga, 4.545 - Barracão dos Mendes -Cep: 28.600-991
	Tel: 2543-2764
	cypriano@sme.novafriburgo.rj.gov.br
12	Escola Municipal Dante Laginestra
	Estr. Friburgo-Sumidouro, Km 13 - Riograndina - Cep: 28.610-000
	Tel: 2540-1363
	dantelaginestra@sme.novafriburgo.rj.gov.br
13	Escola Municipal Dante Magliano
	Rua Prefeito Cesar Guinle, s/nº - Ponte da Saudade - Cep: 28.615-000
	Tel: 2533-3524
	dantemagliano@sme.novafriburgo.rj.gov.br
14	Escola Municipal Décio Monteiro Soares
	Avenida Nossa Senhora do Amparo, 3.995 - Prado - Cep: 28.635-010
	Tel: 2527-3857
	deciomonteiro@sme.novafriburgo.rj.gov.br
15	Colégio Municipal Dermeval Barbosa Moreira
	Av. Júlio Antonio Thurler, 335 - Olaria - Cep: 28.620-000
	Tel: 2528-1358
	dbm@sme.novafriburgo.rj.gov.br
16	Escola Municipal Dinah Lantimant Bravo
	Rua João Corrêa da Silva, s/nº - Santo André - Cep: 28.635-270
	Tel: 2527-4472
	dinahbravo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
17	Escola Municipal Professor Ernesto Tessarollo
	Rua Aureliano Barbosa Faria, 40 - Alto do Floresta - Cep: 28.634-060
	Tel: 2527-4086
	ernestotessarollo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
18	Escola Municipal Florândia da Serra
	Buracada dos Gomes, s/nº - Florândia da Serra - Cep: 28.600-000
	Tel: 2543-2814
	florandia@sme.novafriburgo.rj.gov.br
19	Escola Municipal Flores de Nova Friburgo
	Estr. João Heringer, s/nº - Vargem Alta - Cep: 28.615-055
	Tel: 2523-5005
	floresnf@sme.novafriburgo.rj.gov.br
20	Escola Municipal Francisco Silveira
	Rua Marfisa Rosa da Silva , s/nº - Jardim Califórnia - Cep: 28.633-720
	Tel: 2527-4580
	franciscosilveira@sme.novafriburgo.rj.gov.br
21	Escola Municipal Professora Helena Coutinho (Funcionando no Centro Educacional Nossa Senhora das Graças - Praça 1º de Maio - Olaria) CEP: 28.620-050
	Rua Joaquim Moreira Pinto, s/nº - Lot. Nosso Sonho - Olaria - Cep: 28.623-670
	Tel: 2522-5657



	helenacoutinho@sme.novafriburgo.rj.gov.br
22	Escola Municipal Hélio Gonçalves Corrêa
	Rua Francisco Primo de Queiroz , 165 - Jardimlândia - Cep: 28.633-240
	Tel: 2529-1010
	heliogoncalves@sme.novafriburgo.rj.gov.br
23	Escola Estadual Municipalizada Hermenegildo Gripp
	Rua Dez de Outubro, s/nº - Amparo - Cep: 28.605-970
	Tel: 2541-2097
	hermenegildo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
24	Escola Municipal Hermínia da Silva Condack
	Av. Antonio Mario de Azevedo, Km 13 - Campo do Coelho - Cep: 28.630-010
	Tel: 2543-1102
	herminiacondack@sme.novafriburgo.rj.gov.br
25	Escola Municipal Hermínia dos Santos Silva
	Rua Lair Rocha Turque, 41 - Chácara do Paraíso - Cep: 28.605-350
	Tel: 2522-6564
	herminiasantos@sme.novafriburgo.rj.gov.br
26	Escola Estadual Municipalizada Honório Tardin
	Estrada João Cabral, s/nº - Baixada de Salinas - Cep: 28.610-310
	Tel: 2543-3737 (orelhão)
	honoriotardin@sme.novafriburgo.rj.gov.br
27	Escola Municipal Iza Saippa Ranucci
	Rua Benjamin Constant, 115 - Duas Pedras - Cep: 28.630-210
	Tel: 2522-4858
	izasaippa@sme.novafriburgo.rj.gov.br
28	Escola Municipal Izabel Gomes Siqueira
	Rua Rufino Siqueira - Lot. Parque das Flores - Cons. Paulino - Cep: 28.635-500
	Tel: 9.8161-9230
	izabelgomes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
29	Escola Municipal Izabel Rosa Demani dos Santos (CEINF São Jorge)
	Rua Francisca da Rosa de Jesus Demani, S/N - São Jorge - Cep: 28633-542
	Tel:
	@sme.novafriburgo.rj.gov.br
30	Escola Municipal Jardel Hottz
	Rua Vicente de Moraes, 29 - Braunes - Cep: 28.611-090
	Tel: 2519-2231
	jardelhottz@sme.novafriburgo.rj.gov.br
31	Escola Municipal João Vicente Valladares
	RJ 116, KM 69 – Debossan - Cep: 28.615-065
	Tel: 2519-4516 / 2542-1983 (orelhão)
	joaovicente@sme.novafriburgo.rj.gov.br
32	Escola Municipal José Alves de Macedo
	Fazenda Rio Grande, s/n – Conquista - Cep: 28.600-000



	Tel: 2519-6359
	josealvesm@sme.novafriburgo.rj.gov.br
33	Escola Municipal Monsenhor José Antônio Teixeira
	Estrada Macaé de Cima, s/nº - Lumiar - Cep: 28.620-000
	Tel:
	joseantonio@sme.novafriburgo.rj.gov.br
34	Escola Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira
	Rua Joaquim Moreira Neto, s/nº - Varginha - Cep: 28.616-260
	Tel: 2522-3302
	jk@sme.novafriburgo.rj.gov.br
35	Escola Municipal Lafayette Bravo Filho
	Rua Aureliano Barbosa Faria, s/nº - Lot. Floresta - Cep: 28.634-060
	Tel: 2520-5321
	lafayettebravo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
36	Escola Municipal Maximillian Falek
	Av. Hamburgo, s/nº - Mury - Cep: 28.615-230
	Tel: 2519-5222/ 99233-7292
	maximillian@sme.novafriburgo.rj.gov.br
37	Escola Municipal Professor Messias de Moraes Teixeira (Funcionando no Centro Educacional Nossa Senhora das Graças - Praça 1º de Maio - Olaria) CEP: 28.620-050
	Rua Ary Parreira s/nº - Olaria - Cep: 28.620-330
	Tel: 2526-9540 / 2523-3644
	messiasmoraes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
38	Escola Municipal Miguel Raymundo de Moraes Bittencourt
	Rua Dom João VI, s/nº - Praça de Sant'Anna - Cônego - Cep: 28.621-340
	Tel: 2533-1156
	miguelbittencourt@sme.novafriburgo.rj.gov.br
39	Escola Municipal Nair de Araújo Rodrigues
	Rua Dr. Feliciano Benedito da Costa, s/nº -São Geraldo - Cep: 28.630-330
	Tel: 2527-5163 / 2521-6897 (orelhão)
	nairaraujo@sme.novafriburgo.rj.gov.br
40	Colégio Municipal Odette Penna Muniz (Rua Euclides Solon de Pontes, 33 – Centro - CE Jamil El-Jaick.) CEP 28.625-020
	Praça da Bandeira, 2 – Vila Nova - Centro - Cep: 28.630-040
	Tel: 2528-8561
	odette@sme.novafriburgo.rj.gov.br
41	Escola Municipal Padre Rafael
	Rua Darcília dos Santos, s/nº – Cordoeira - Cep: 28.613-750
	Tel: 2519-2217
	padreraphael@sme.novafriburgo.rj.gov.br
42	Escola Municipal Pastor Schlupp
	Rua Cinésio da Rocha, s/nº - Parque Mª Tereza - Cep: 28.634-120
	Tel: 2520-5284



	pastorschlupp@sme.novafriburgo.rj.gov.br
43	Escola Municipal Patrícia Jonas Sant'Anna
	Rua São Paulo, s/nº - Bela Vista - Olaria - Cep: 28.623-200
	Tel: 2520-6164
	patriciajonas@sme.novafriburgo.rj.gov.br
44	Escola Municipal Rei Alberto I
	Estrada dos Três Picos, s/nº - Baixada de Salinas - Cep: 28.635-990
	Tel: 2543-6911
	reialberto@sme.novafriburgo.rj.gov.br
45	Colégio Municipal Rui Barbosa
	Av. Governador Roberto Silveira, 3.650 - Prado - Cep: 28.635-000
	Tel: 2527-7279
	ruibarbosa@sme.novafriburgo.rj.gov.br
46	Escola Municipal Rui Sanglard
	Rua Isaías de Medeiros Lopes, s/nº - Rui Sanglard - Cep 28.635-000
	Tel: 2527-3944
	ruisanglard@sme.novafriburgo.rj.gov.br
47	Escola Municipal Santa Paula Frassinetti
	Rua Luiza Carpenter, 17 - Centro - Cep 28625-170
	Tel: 2522-6936
	santapaula@sme.novafriburgo.rj.gov.br
48	Escola Municipal São José
	Praça 1º de Maio – Olaria (Centro Educacional Nossa Senhora das Graças) - Cep: 28.620-050
	Tel: 2521-5129
	saojose@sme.novafriburgo.rj.gov.br
49	Escola Municipal São Judas Tadeu (Funcionando na Estrada Eugênio Gripp, S/Nº, lote 15 – Nova Suíça)
	Rua Romana Villas Boas Schuenck, s/nº - Nova Suíça - Cep: 28.605-706
	Tel: 2522-1458
	saojudas@sme.novafriburgo.rj.gov.br
50	Escola Municipal São Pedro da Serra
	Rua Rodrigues Alves, 74 - São Pedro da Serra - Cep: 28.616-155
	Tel: 2542-6061
	saopedro@sme.novafriburgo.rj.gov.br
51	Escola Municipal Tiradentes
	Rua João Lamblet, s/nº - Lot. Tiradentes - Amparo - Cep: 28.605-590
	Tel: 2541-2055
	tiradentes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
52	Escola Municipal Umbelina Breder de Queiroz
	Rua Atalício Schaustz, s/nº - Jardim Califórnia - Cep: 28.630-740
	Tel: 2520-5197
	umbelina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
53	Escola Municipal Vale de Luz



	Rua Sebastião Pereira da Silva, 197 - Cons. Paulino - Cep: 28.633-540
	Tel: 2520-5602
	valedeluz@sme.novafriburgo.rj.gov.br
54	Escola Municipal Vargem Alta
	Estrada João Heringer, s/nº - Vargem Alta - Cep: 28.611-990
	Tel: 2519-1015 (orelhão)
	vargemalta@sme.novafriburgo.rj.gov.br
55	Escola Municipal Vevey la Jolie
	Avenida Antônio Mário de Azevedo, 18.800 - Conquista - Cep: 28.630-590
	Tel: 2529-4168 / 2529-4274
	vevey@sme.novafriburgo.rj.gov.br
56	Escola Municipal Victorino Bento de Toledo
	Estrada FRI - 002 - KM 19 - São Lourenço - Cep: 28.620-991
	Tel: 2543-3120
	victorino@sme.novafriburgo.rj.gov.br
57	Escola Municipal Waldir Lopes de Carvalho
	Av: Antonio de Sá Martins, s/nº - Santa Cruz - Cep: 28.630-993
	Tel: 2543-6897
	waldirlopes@sme.novafriburgo.rj.gov.br
58	Escola de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem Nossa Senhora de Fátima
	Rua General Osorio, 324 - Centro - Cep: 28.625-630
	Tel: 2533-1178
	eenfermagemnsf@sme.novafriburgo.rj.gov.br
59	Escola Municipal Américo Ventura Filho
	Rua Cândido Pardal, 55 - Alto de Olaria - Cep: 28.620-200
	Tel: 2533-2013
	americoventura@sme.novafriburgo.rj.gov.br
CRECHES (Endereço / Telefone / E-mail)	
60	CMEI Adahil da Cruz
	Rua Eugênio Gripp, s/nº - Braunes - Cep: 28.611-300
	Tel: 2521-7896
	adahildacruz@sme.novafriburgo.rj.gov.br
61	CMEI Adriano Affonso Freitas
	Rua Antônio Saraiva de Lira, 35 - São Jorge - Cep: 28.600-990
	Tel: 2527-0611
	adrianoaffonso@sme.novafriburgo.rj.gov.br
62	CMEI Alaene Pacheco Breder
	Av. Nossa Senhora do Amparo, 3525 - Prado - Cep: 28.634-230
	Tel: 2533-2459
	alaenebreder@sme.novafriburgo.rj.gov.br
63	CMEI Augusta Horn



	Praça de Sant'Ana, 85 - Cônego - Cep: 28621-680
	Tel: 2522-3892
	augustahorn@sme.novafriburgo.rj.gov.br
64	Jardim de Infância Bela Vista
	Rua São Paulo, 27 - Bela Vista - Olaria - Cep: 28.623-200
	Tel: 2533-3916
65	CMEI Brasilina da Rosa Teixeira
	Rua Clarindo da Rosa Teixeira, s/nº - Cons. Paulino - Cep: 28.633-370
	Tel: 2527-2085
66	CMEI Cantinho Feliz
	RJ 116 - km 72 - Mury - Cep: 28.615-230
	Tel: 2542-1945/ 2542-2442
67	CMEI Carmem Rodrigues de Souza
	Rua Paraiba, 14 - Bela Vista - Olaria - Cep: 28.623-160
	Tel: 2519-2396
68	CMEI Clementina Alves Martins
	Rua Geraldo Flauzinio de Oliveira, s/nº - Lot. Nilo Martins/São Geraldo - Cep: 28630-430
	Tel: 2521-6703/ 2519-6155
69	CMEI Conceição Cortes Teixeira
	Rua Tiradentes nº 250 - área B - Centro - Cep: 28623-020
	Tel: 2522-4349
70	CMEI Dolores de Sá Schuenck
	Rua Rosa Schuenck Toledo, s/nº - Centenário - Cep: 28.630-500
	Tel: 2543-3610/ 2519-6410
71	CMEI Edith Silva Santos
	Rua Virgílio Laginestra nº 486 - Parque Maria Teresa - Cep: 28634-200
	Tel: 2527-8083/ 2580-6017
72	Jardim de Infância Municipalizado Elisa Teixeira de Uzeda
	Rua Prefeito José Eugênio Muller, s/nº - Centro - Cep: 28.610-010
	Tel: 2523-0813
73	CMEI Elvira Almeida da Silveira
	Av. Antonio Mário de Azevedo, 12.367 - Campo do Coelho - Cep: 28.630-510
	Tel: 2543-1405



74	CMEI Elza Barbosa Melhorança
	Rua José Martins dos Santos, 54 - Olaria - Cep: 28.610-000
	Tel: 2528-0496 / 2533-2720
	elzabarbosa@sme.novafriburgo.rj.gov.br
75	CMEI Emilia Adelaide Ferreira
	Rua Leonino Dutra, 830 - Varginha - Cep: 28.616-260
	Tel: 2521-8440
	emiliadelaide@sme.novafriburgo.rj.gov.br
76	CMEI Emílio Melhorance
	Rua Espírito Santo, s/nº - Olaria - Cep: 28.623-360
	Tel: 2521-5382
	emiliomelhorance@sme.novafriburgo.rj.gov.br
77	CMEI Franz Haug - Aldeia da Criança Alegre
	Travessa José Ernesto Knust, s/nº - Conselheiro Paulino - Cep: 28.635-495
	Tel: 2527-2143 / 2580-6025
	franzhaug@sme.novafriburgo.rj.gov.br
78	CMEI Gilcely Barradas Canto
	Rua Padre Hermann Josef Wriste, s/nº - Barroso/ Amparo - Cep: 28.600-000
	Tel: 2541-2405
	gilcelybarradas@sme.novafriburgo.rj.gov.br
79	CMEI Iolanda da Silva
	Rua Maria da Conceição Ribeiro, 228 - Sta. Bernadete - Cep: 28.623-440
	Tel: 2521-8715
	iolanda@sme.novafriburgo.rj.gov.br
80	CMEI Irineu Mineiro
	Rua Sebastião Thomé, 89 - Catarcione - Cep: 28.614-280
	Tel: 2533-4057
	irineumineiro@sme.novafriburgo.rj.gov.br
81	CMEI Izabel Jovelina Monteiro
	Rua Isaías Medeiros Lopes s/nº - Rui Sanglard - Cep: 28.635-567
	Tel: 2527-3985 / 9.9805-7731
	izabeljovelina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
82	CMEI Jamille Constantino Klein
	Rua Marechal Floreano Peixoto, 37 - Perissê - Cep: 28.613-210
	Tel: 2533-2295
	jamille@sme.novafriburgo.rj.gov.br
83	CMEI Jardimlândia
	Rua Benjamim Constant, 850 - Ouro Preto/Jardimlândia - Cep: 28.605-000
	Tel.: 2529-0252
	jardinlandia@sme.novafriburgo.rj.gov.br
84	CMEI João Batista Faria
	Praça 1º de março, 06 - Vilage - Cep: 28.605-170
	Tel: 2523-0429



	joaoabatista@sme.novafriburgo.rj.gov.br
85	CMEI João Fernandes Moreira
	Rua Rufino Siqueira - Lot. Parque das Flores - Cons. Paulino - Cep: 28.635-500
	Tel:
	@sme.novafriburgo.rj.gov.br
86	CMEI Júlia Irene Gomes Andrade (Vovó Júlia)
	Rua Presidente Raul Veiga, 210 - Olaria - Cep: 28.623-470
	Tel: 2519-2152
	juliairene@sme.novafriburgo.rj.gov.br
87	CMEI Professora Leda Tavares Moreira
	Rua Prudente de Moraes, 76 – Vila Nova - Cep: 28630-010
	Tel: 2522-9966
	ledatavares@sme.novafriburgo.rj.gov.br
88	Jardim de Infância Letícia Coutinho Soares
	Rua Ventura Spargoli, s/nº - Prado - Cep: 28.635-080
	Tel: 2527-5140
	leticiaacoutinho@sme.novafriburgo.rj.gov.br
89	CMEI Luz da Serra
	Rua Valença, 185 - Debossan - Cep: 28.615-630
	Tel: 2519-4599
	luzdaserra@sme.novafriburgo.rj.gov.br
90	Escola Estadual Municipalizada Manoel José Nogueira Peixoto
	Estrada João Heringer , s/nº - Vargem Alta - Cep: 28.616-055
	Tel: 2519-1147
	manoelnogueira@sme.novafriburgo.rj.gov.br
91	CMEI Maria Altina Niederauer de Oliveira Jorge
	Rua Servidão Asa Branca, s/nº - Maringá/ Riograndina - Cep: 28634-476
	Tel: 2533-2412
	mariaaltina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
92	CMEI Maria Conceição Abicalil
	Rua Darcília dos Santos, s/nº - Cordoeira - Cep: 28.613-750
	Tel: 2522-7789
	conceicaoabicalil@sme.novafriburgo.rj.gov.br
93	CMEI Maria Damasco Mouta
	Rua Guilherme Henrique Spitz, 273 - Lumiar - Cep: 28616-045
	Tel: 9.9221-7300 (Unidade)
	mariamouta@sme.novafriburgo.rj.gov.br
94	CMEI Maria da Penha Monteiro Silva
	Rua Antônio Lugon, 28 - Amparo - Cep: 28.605-540
	Tel: 2541-2170
	mariadapenha@sme.novafriburgo.rj.gov.br
95	Jardim de Infância Maria Duque Estrada Laginestra (JIMDEL) (Funcionando à Rua Clarindo da Rosa Teixeira, 40 - Conselheiro Paulino) CEP: 28.633-370



	Rua da Concórdia, 96 - Prado - Cep: 28.635-210
	Tel: 2520-5677/ 9.9215-7008
	jimdel@sme.novafriburgo.rj.gov.br
96	CMEI Maria Inês Andrade Bachini
	Avenida Antônio Mário de Azevedo, 1662 - Córrego D'Antas - Cep: 28630-310
	Tel: 2529-3118
	mariabachini@sme.novafriburgo.rj.gov.br
97	CMEI Maria José Mafort
	Praça 1º de Maio – Olaria (Centro Educacional Nossa Senhora das Graças) - Cep: 28.620-050
	Tel: 2521-5449
	mariamafort@sme.novafriburgo.rj.gov.br
98	CMEI Menino Jesus
	Rua Antonio Suaid, 149 - Jardim Califórnia - Cep: 28.633-750
	Tel: 2527-2972
	meninojesus@sme.novafriburgo.rj.gov.br
99	CMEI Nadir Cardoso
	Rua Lair Rocha Turque, s/nº - Lot. Jacina - Chácara do Paraíso - CEP: 28.605-350
	Tel: 2523-0909
	nadircardoso@sme.novafriburgo.rj.gov.br
100	CMEI Othelina de Sá Martins Almeida Condack (Funcionando atrás da E. M. Vevey La Jolie)
	Av. Antônio Mário de Azevedo, 18.800 - Conquista - Cep: 28.630-590
	Tel.: 2543-4054
	otelina@sme.novafriburgo.rj.gov.br
101	CMEI Padre Luiz Yabar
	Av. Rui Barbosa, 223 - Centro - CEP: 28.610-190
	Tel: 2543-6297
	padreyabar@sme.novafriburgo.rj.gov.br
102	CMEI Padre Luiz Pecci
	Rua José Ernesto Knust, 53 - Cons. Paulino - CEP: 28633-515
	Tel: 2543-6210
	padrepecci@sme.novafriburgo.rj.gov.br
103	CMEI Princesa Izabel
	Rua Pasteur, 20 - Vale dos Pinheiros - Cep: 28.625-335
	Tel: 2528-4575
	princesaizabel@sme.novafriburgo.rj.gov.br
104	CMEI São Pedro da Serra
	Rua Rodrigues Alves, nº 36 e nº 50, São Pedro da Serra - Cep:
	Tel:
	@sme.novafriburgo.rj.gov.br
105	CMEI Santa Terezinha
	Rua Cordajás, s/nº - São Jorge - Cep: 28.633-610
	Tel: 2527-8648 / 9-9965-3669



	santaterezinha@sme.novafriburgo.rj.gov.br
106	CMEI Sebastiana Rosa Carneiro Mello (Av. dos Ferroviários nº 36 - Duas Pedras) CEP 28.633-010
	Av. dos Ferroviários s/nº - Lazaretto (Duas Pedras) - CEP: 28.633-070
	Tel: 2522-6882
	sebastiana@sme.novafriburgo.rj.gov.br
107	CMEI Solares
	Rua Lobianco Pasquale, s/nº - Solares II - São Geraldo - Cep: 28.600-000
	Tel: 2529-2151
	solares@sme.novafriburgo.rj.gov.br
CONJUNTOS (Endereço/ Telefone / E-mail)	
Conjunto 1	
108	Escola Municipal Odette Rangel Wenderosck (Alair Campos Ouverney)
	Estrada Galdinópolis/Mirandela Rio Bonito de Lumiar s/nº Fri100 - Cep: 28.616-970
	Não possui telefone
109	Escola Municipal Francisco Ouverney
	Córrego do Macuco - Macaé de Cima - Lumiar - Cep: 28.615-800
	Tel: 2542-9804 (orelhão próximo à escola)
	conjunto01@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Conjunto 2	
110	Escola Municipal Galdinópolis
	Estrada Marcos Heringer, s/n - Galdinópolis - Lumiar - Cep: 28.600-992
	Tel: 2542-9919
111	Escola Municipal Laper Lyra Fagundes
	RJ 142, Km 16 - Santiago - Cep: 28616-970
	Tel: 2542-4005 / 2519-9617
	conjunto02@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Conjunto 3	
112	Escola Estadual Municipalizada Boa Esperança
	Estrada Boa Esperança - Lumiar, KM 3 - Cep: 28.616-970
	Tel: 2542-4668
113	Escola Municipal Boa Esperança
	Estrada Boa Esperança - Lumiar - (Boa Esperança de Cima) - Cep: 28.616-970
	Tel: 2542-4046
	conjunto03@sme.novafriburgo.rj.gov.br
Conjunto 4	
114	Escola Estadual Municipalizada Alípio da Silva Branco
	Rua Alcidimiro Bussinger, s/n - Stucky - Cep: 28.605-000
	Tel: 2519-4187
115	Escola Estadual Municipalizada José Eugênio Muller
	Fazenda Bela Vista s/nº - Alto das Braunes - Cep: 28.600-000
	Tel: 2526-3296



conjunto04@sme.novafriburgo.rj.gov.br

Conjunto 5

Escola Municipal Celcyo Folly

116 Estrada Frib-Amparo, km 9, Parada Folly - Amparo - Cep: 28.605-606
Tel: 2541-2100

Escola Estadual Municipalizada Henrique Carlos Heckert

117 Estrada Nathanael Schuenck, s/n - Alto Schuenck - Cep: 28605-000
Tel: 2541-1429

conjunto05@sme.novafriburgo.rj.gov.br

Conjunto 6

Escola Estadual Municipalizada Ernesto de Souza Cardinot

118 Estrada Cardinot, s/n - Campo do Coelho - Cep: 28630-590
Tel: 2521-6940

Escola Municipal Herondino José da Rosa

119 Av. Antônio Mário de Azevedo, Km 19 - Conquista - Cep: 28630-590
Tel: 2529-4001

Escola Estadual Municipalizada Flor do Ipê

120 Estrada de Campinas, s/nº - Conquista - Cep: 28630-590
Não possui telefone
conjunto06@sme.novafriburgo.rj.gov.br

Conjunto 7

Escola Municipal Luiz Fonseca

121 Estrada Janela das Andorinhas, s/n - Riograndina - Cep: 28600-000
Não possui telefone

Escola Municipal Sítio dos Affonsos

122 Estrada Fazenda da Laje, s/n - Conselheiro Paulino - Cep: 28633-000
Não possui telefone
conjunto07@sme.novafriburgo.rj.gov.br

Centro Educacional Nossa Senhora das Graças

123 Praça 1º de Maio – Olaria, CEP: 28.620-050

Almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação

Herculano Gomes de Silva, n.º 201 - Córrego D'Antas - Nova Friburgo - RJ - Cep: 28.630220
(22) 2529-3388

Ref: Estrada Friburgo - Teresópolis, km 3, subida em frente ao restaurante Toca da Raposa e a fábrica de tubos Santa Paula.

SEDUC – Nível Central

Avenida Alberto Braune, n 224, 3º Andar, Centro, Nova Friburgo - RJ

Telefone: (22) 2533-3009/ 2533-2536